

*Francisco*  
*Francisco*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 11

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e noventa, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária do mês de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, João Ferreira dos Santos e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, José Mendes Macedo Loureiro, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Rogério da Silva Leitão, Manuel Pereira Cabral Monteiro, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Jorge Manuel do Nascimento, José Alberto Martins de Carvalho, Victor Manuel Barradas de Carvalho Sequeira, Paulo Alexandre de Medeiros Teixeira Santos, Fernando Santos Silva, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Arlindo de Macedo Bastos, Olinto da Cruz Ravara, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, António Ferreira da Silva, Celso de Sousa Figueiredo Gomes, Custódio das Neves Lopes Ramos, António Óscar Moreira Paulo, Elias de Oliveira Vieira, João Ferreira da Peixinha e Ester da Conceição Rocha Martins.

Pelas 21,15 Horas, o Presidente declarou aberta

a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, ✓ Fernando Augusto de Oliveira, ✓ Elío Manuel Delgado da Maia, ✓ Libério da Silva Santos, ✓ José Carlos da Silva Neves, ✓ Nuno Teixeira Lopes Tavares e João Manuel Caniço de Seiça Neves.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Manuel Simões Madail e Fernando Augusto de Oliveira, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra, informou a Assembleia, que está presente o deputado Arlindo de Macedo Bastos, da bancada do P.S.D., em substituição do deputado Gilberto Madail, que pediu a renúncia do mandato por força de ter ido ocupar o alto cargo de Governador Civil de Aveiro.

Seguidamente o Presidente da Assembleia, declarou aberto o período de antes da ordem do dia, cuja duração será de sessenta minutos.

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal Ferreira da Silva, para enaltecer o trabalho dinâmico, interessado, que a P.S.P. de Aveiro, colocou no escoamento do trânsito durante a época balnear.

Prosseguindo, alertou também para a necessidade de se fazer distribuir pela cidade e em locais estrategicamente colocados, Mapas com a toponímia da cidade, dado que serão concerteza um precioso auxiliar, para o forasteiro que visita a cidade.

No que respeita ao abastecimento de água e apesar das dificuldades que eram previsíveis, pôde-se constatar que a água, quando bem gerida, chega para dar satisfação às necessidades dos utentes.

A terminar e relativamente à divisão do distrito ao nível do ensino, disse ter dificuldades por vezes em

entender o que é a coerência de certas atitudes políticas da Câmara; e isto porque quando há cerca de três meses a Assembleia se pronunciou quanto à divisão do distrito ao nível do ensino, e quando convidada a pronunciar-se sobre essa divisão, a Câmara disse tratar-se de uma área que não era da sua competência e surpreendentemente vem agora dizer que lamenta a divisão do distrito a nível do ensino, considerando que esta dualidade de atitudes é manifestamente incompreensível.

Alertou ainda para a necessidade dos Serviços Técnicos Municipais, procederem à actualização das cartas topográficas tendo em vista facilitarem a leitura correcta daquilo que efectivamente existe no terreno.

Neste momento entrou na Sala o Vogal Manuel Arede de Jesus.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Fernando dos Santos Silva, para perguntar à Comissão de Trânsito, quais os motivos que levaram à construção de vinte e três lombas, nas artérias que circundam o Ciclo e a Escola Secundária de Esgueira.

Neste momento deram entrada na Sala os Vogais Armando Dinis Vieira e Vitor Manuel da Silva Martins.

Usou da palavra o Vogal Manuel António Coimbra, que começou por salientar que iria fazer incidir a sua intervenção sobre a zona urbana de Esgueira. Relativamente à questão suscitada pelo anterior Vogal (lombas junto ao Ciclo e Secundária de Esgueira), referiu que a colocação das mesmas poderá eventualmente ser entendida por alguns como uma solução boa, porém em seu entender, o que falta de facto naquele local para protecção dos alunos que frequentam aqueles estabelecimentos de ensino, são passeios de protecção, todavia não há um único passeio em volta de toda aquela zona, pese embora o facto de ser frequentada por uma população Escolar que ronda os dois mil alunos.

No que respeita à construção de zonas verdes, pretendeu esclarecimentos acerca daquilo que está projectado pela Câmara para a zona urbana de Esgueira. No âmbito das infraestruturas de apoio à saúde, pretendeu esclarecimentos quanto às diligências desenvolvidas pela autarquia até à data no que se refere à concretização de um Centro de Saúde para Esgueira. Prosseguindo, referiu-se também à hipotética instalação em Esgueira da 1ª Repartição de Finanças, notícia veiculada por alguns órgãos da

*Thuy*  
*Bach*  
*Wang*

Comunicação Social. Na análise que fez do artigo, disse não ter ficado surpreendido com a atitude reprovatória por parte da autarquia relativamente a esta questão, a qual e segundo o Vogal, pôs em evidência o desagrado de milhares de contribuintes na eventualidade de terem que se deslocar para Esgueira; considerou natural esta atitude, posto que nunca se tentou incluir a zona de Esgueira, no aglomerado urbano de Aveiro. A finalizar lamentou o facto de prosseguirem os trabalhos de construção de um edifício no Largo da Apresentação, cujo alinhamento e fachada foram tão debatidos nesta Assembleia e contudo não tiveram qualquer eco junto do empreiteiro da obra.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Fernando Tavares Marques, para lembrar novamente um problema que tem vindo a preocupar a Junta de Freguesia da Glória e nomeadamente alguns residentes em Vilar, problema este que se prende com o mau estado de conservação dos postes de alta-tensão, os quais apresentam junto à base, um adiantado estado de corrosão ameaçando ruir a todo o momento, pelo que apela mais uma vez no sentido da Câmara Municipal pressionar a E.D.P., com vista a que este organismo repare as deficiências apontadas, já que a Junta fez contactos nesse sentido e obteve como resposta que todas as questões deveriam ser colocadas via Câmara Municipal.

Usou seguidamente da palavra o Vogal João Tavares Duarte, para abordar diversos problemas respeitantes a carências na freguesia a que preside, salientando nomeadamente aquelas que se verificam ao nível Escolar e Jardins de Infância, apelando para que o Executivo tome medidas tendentes a colmatar um extenso rol de deficiências que passou a enumerar - Escola de Cabo Luís, carências de mobiliário para os alunos e vedação do respectivo recinto; no que diz respeito às "bandas" colocadas junto dos Estabelecimentos de Ensino, em Esgueira, com vista à redução da velocidade dos veículos automóveis naquela zona, considerou uma medida acertada, uma vez que a medida visa proteger a integridade física da população escolar, pois constata-se a cada passo, que a sinalização lá colocada e que limita a velocidade, não está a ser mínimamente respeitada; do mesmo modo entende que a medida agora posta em prática, deve ser complementada com a colocação de passeios.

A terminar, considerou importante de acor-

*Ferry*  
*João*  
*José*

do com o interesse manifestado pelos residentes naquela Freguesia, aumentar a praça de Táxis, para mais duas unidades.

Neste momento deu entrada na Sala o Vogal Rogério Madail.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para se referir à extracção de saibros na Freguesia de Eixo, alertando para o modo desordenado como essa extracção vem sendo feita pelas empresas concessionárias. Assim e face à situação caótica que se verifica em determinados locais, entende que a Câmara deve ser mais actuante, tendo em vista fazer cumprir as regras impostas pelo Decreto-Lei 139/89, dado que à mesma compete o respectivo licenciamento.

Usando seguidamente da palavra o Vogal Celso Gomes, começou por manifestar o seu agrado por ter tido conhecimento através dos meios de comunicação social, que vai surgir no distrito de Aveiro uma Delegação do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (I.A.P.M.E.I.); considerando que a criação desta delegação não será todavia uma dádiva da Administração Central, traduzirá antes o dinamismo e o querer evidenciado pelas variadíssimas empresas radicadas no distrito de Aveiro, pelo que se congratula com a medida que irá ser tomada. Prossequindo, disse entender oportuno que as empresas industriais através das suas associações representativas, lutem pela implantação neste distrito, de um "Pólo Tecnológico", dado que tal unidade traria sem dúvida benefícios de vária ordem do ponto de vista das indústrias.

Referindo-se seguidamente às mutações constantes que têm ocorrido nos últimos tempos, quer na cidade, quer no concelho do ponto de vista urbanístico, bem como da Rede Viária e comparando-as com aquilo que se tem verificado no "coração da cidade", constata que a zona mais nobre da cidade nomeadamente, Largo do Cojo; e Terrenos das instalações das Fábricas Aleluias, estão abandonados - de facto não se vê qualquer mudança que possa vir a modificar a breve trecho toda a fisionomia do local; porventura haverá razões para este estado de coisas, porém se as razões existem de facto, considera que estão bastante demoradas e seria bom que toda a zona fosse alvo de qualquer coisa que melhorasse toda a fisionomia actual.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Óscar Paulo, para lamentar que não tenham tido qualquer impacto

Thiry  
Bastos  
Pereira

os debates proferidos nesta Assembleia e relativos ao prédio sito no "Gaveto da Apresentação", uma vez que constata que as obras prosseguem, contrariando tudo aquilo que se disse à cerca da construção daquele imóvel no local.

Referiu também a falta de meios de segurança com que as chamadas "Gaivotas", navegam nos canais da cidade, pois segundo este Vogal tais embarcações só são permitidas em zonas de baixa profundidade, assim e atendendo à profundidade do canal e à falta de meios de segurança com que as mesmas navegam, considerou que a situação deve ser prevenida de molde a que amanhã não tenhamos que lamentar a perda de vidas humanas; finalmente imputou à Câmara Municipal e à Capitania do Porto de Aveiro, uma certa responsabilidade no facto de terem autorizado o aluguer das embarcações nas condições actuais.

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas pelas várias intervenções, salientou porém que algumas questões colocadas pelos Presidentes de Junta são mais para colocar a nível de Câmara, uma vez que existem Vereadores responsáveis para tratar os assuntos que se prendem com as Juntas de Freguesia, permanentemente disponíveis no sentido de darem satisfação às carências com que cada Freguesia se debate. No que se refere à questão que se prende com a divisão do distrito ao nível do ensino e os motivos que só agora levaram a Câmara Municipal a pronunciar-se, derivam do facto de entretanto ter aparecido uma proposta na Câmara, não afecta à maioria C.D.S. e naturalmente a Câmara aprovou essa Moção apresentada, por unanimidade. Relativamente ao Centro de Saúde de Esgueira, informou que o mesmo está de facto em Plano e se vier a ser incluído no PIDAC de 91, a Câmara fará todos os esforços no sentido de captar essa verba; ainda relativamente a Esgueira, a Tecnopor desenvolve presentemente um estudo sobre esta área; a Câmara Municipal até ao momento desconhece qual é a proposta do Gabinete, sendo este que irá definir o local onde o Centro de Saúde será implantado, bem como toda a zona verde envolvente da circular de Esgueira.

No que concerne à Repartição de Finanças, esclareceu que a deliberação da Câmara e a preocupação manifestada, que motivou um esclarecimento junto da Secretaria de Estado dos Impostos, foi no sentido de saber se este organismo se

chiz  
7. [Handwritten signature]

propunha ou não extinguir a 1ª Repartição de Finanças em Aveiro e fazer toda a concentração dos Serviços de Finanças, em Esqueira; se assim fôr, e segundo informações parece que terá havido um despacho nesse sentido, o que levou a Câmara Municipal desde logo a manifestar a sua oposição total a tal tipo de decisão, claramente por entender que esta Repartição de Finanças na cidade, não pode acabar. A 1ª Repartição de Finanças encontra-se instalada no actual edifício há dezenas de anos, com todos os inconvenientes que daí advêm para a Câmara nomeadamente o facto de ter de alugar instalações para instalar os seus próprios Serviços, o que se traduz num encargo mensal que ronda os quatrocentos contos; por esta razão considerou não ser legítimo nem justo estando as Finanças gratuitamente instaladas naquele edifício, não procurem uma solução e a Câmara dará todo o apoio nesse sentido. Por outro lado a Câmara entende também que a Administração Central deve ter a preocupação de encontrar instalações para os seus Serviços e nesse sentido desenvolver acções tendentes a solucionar o problema; derivando em suma destes aspectos, a tomada de posição da Câmara, que mais uma vez reitera que não é solução extinguir a 1ª Repartição e fazer uma concentração destes Serviços, em Esqueira.

No que se refere ao problema que se prende com a extracção de saibros em Eixo, salientou que a Câmara tem sido bastante pressionada pela Direcção-Geral de Geologia e Minas, para licenciar saibreiras, porém nenhuma saibreira se encontra licenciada pela Câmara Municipal - como tal as saibreiras são de extracção mais ou menos clandestina; considera que é um problema sobre o qual a Câmara se deve debruçar e alertar a Direcção-Geral de Geologia e Minas para a situação, bem como mandar averiguar acerca das situações concretas e em conformidade tomar medidas relativas àquilo que se vier a constatar uma vez que nenhuma saibreira se encontra licenciada.

Referindo-se seguidamente à criação de uma Delegação do I.A.P.M.E.I., no distrito de Aveiro, destacou que para além da Câmara se congratular com o facto, foi sugerida também a sua localização na Sede do distrito. Prosseguindo deu ainda nota de que a Associação Industrial de Aveiro, está interessada em instalar um Instituto de Desenvolvimento Tecnológico, referindo porém que embora esta ideia se encontre ainda numa fase embrio-

nária, foi feito já um estudo ao nível da equipa do P.D.M. no sentido de se estudarem três alternativas possíveis quanto à sua localização - apontando esse estudo para a zona de Requeixo e Nã Srã de Fátima (junto ao nó da Auto-Estrada).

Relativamente aos terrenos do Cojo, disse tratar-se sem dúvida de um dos problemas que preocupa a Câmara Municipal - foi aprovado nesta Assembleia Municipal, no anterior mandato, um Plano de Urbanização, discutível, polémico, mas que da parte de muita gente mereceu também muitos elogios; neste momento porém, persiste ainda uma questão pendente que se prende com o terreno do Snr. João Nunes da Rocha, sobre o qual a Câmara Municipal invocou a cláusula de reversão. O terreno foi vendido àquele industrial com o prazo de construção de dez anos, entretanto este espaço de tempo esgotou-se, sem que tivesse início qualquer construção, tendo a Câmara em consequência disso invocado a referida cláusula; aguarda-se a pronúncia do Tribunal quanto a este problema, daí a Câmara não ter podido avançar com soluções para a zona sem que o Tribunal tenha definido judicialmente a situação deste terreno. Assim o tratamento definitivo de toda aquela área está condicionada pela decisão que o Tribunal vier a pronunciar; considerando ainda que o Plano de Urbanização aprovado para aquele local já há alguns anos, é excessivamente denso e consequentemente é de opinião que o mesmo deve ser revisto.

A terminar e relativamente ao licenciamento das embarcações, nos canais da cidade, disse tratar-se de uma competência da Capitania do Porto de Aveiro.

Usando da palavra e no que se refere à questão suscitada pela construção de um edifício no Largo da Apresentação, o Vereador Vitor Silva, informou que o prédio em causa irá manter a fachada original pelo alinhamento primitivo.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Martinho Pereira, para abordar a questão que se prende com a colocação de "bandas", junto dos estabelecimentos de Ensino, em Esqueira, esclarecendo que as mesmas visam fundamentalmente moderar a velocidade dos veículos automóveis naquele local.

Usando novamente da palavra o Vogal Celso Gomes, referindo-se mais uma vez à prevista instalação de uma Delegação do I.A.P.M.E.I., em Aveiro, sugeriu que a Assembleia Municipal, votasse uma Moção no sentido de apoiar a instalação daque-

le organismo na Sede do distrito.

Usou seguidamente da palavra o Vogal João Tavares, para salientar que a sua anterior intervenção resultou do facto de haver correspondência a dar conhecimento de várias carências à Câmara Municipal, sem que contudo se obtivesse uma resposta da Câmara, às solicitações feitas pela Junta de Freguesia. Prossequindo, salientou que o Centro de Saúde de Esgueira, será uma realidade, se a Câmara Municipal, disponibilizar o terreno para o efeito, podendo assim o projecto entrar em PIDAC, em 91.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, considerou que a melhor forma de resolver os problemas entre uma Junta de Freguesia e uma Câmara Municipal, não é através de ofícios, mas sim directamente na Câmara através de reuniões de trabalho; disse ainda não se querer pronunciar sobre as carências referidas pelo Vogal João Tavares, bem como quanto ao problema do Centro de Saúde de Esgueira, uma vez que dizem respeito a uma área da responsabilidade de uma Srª Vereadora, que não está presente e como tal não se pronunciará sobre o assunto; salientou no entanto que a pessoa responsável por esta área é uma pessoa bastante empenhada e que luta pela resolução dos problemas.

Seguidamente o Presidente da Assembleia submeteu à apreciação a Moção apresentada pelo Vogal Celso Gomes, que visa apoiar a instalação em Aveiro de uma Delegação do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (I.A.P.M.E.I.), tendo a mesma por unanimidade sido aprovada e cujo teor se transcreve:

#### MOÇÃO

"Tendo surgido em órgãos da Comunicação Social a notícia de que iria ser criada no distrito de Aveiro uma Delegação do I.A.P.M.E.I., a Assembleia Municipal de Aveiro em reunião de 24.09.90, reconheceu a justeza e a importância de tal decisão e deliberou por unanimidade pronunciar-se no sentido de que a referida Delegação seja instalada na cidade de Aveiro recomendando à Câmara Municipal a disponibilização dos meios ao seu alcance que tornem viável aquele objectivo".

Seguidamente o Vogal Vitor Mangerão apresentou à Mesa uma Moção de protesto, que depois de posta à votação pelo Presidente da Assembleia, veio a merecer o apoio unânime da mesma e cujo conteúdo se passa a transcrever:

### MOÇÃO

" Tomando conhecimento de que a Direcção Geral de Geologia e Minas, no âmbito de uma reestruturação interna, determinou o encerramento da Delegação do Fomento Mineiro sediada em Aveiro;

Considerando que tal departamento, existente há décadas, mantém, toda a sua razão de ser dada a sua área de jurisdição distrital e a sua vocação de serviço essencialmente "no terreno";

Além de que a sua extinção significa mais um acto objectivo de empobrecimento de Aveiro, cidade e Distrito, como sede de Serviços públicos;

Proponho que esta Assembleia delibere um voto de protesto pela decisão da Direcção Geral de Geologia e Minas e pelos meios competentes solicite a revisão daquele acto decisório."

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa, submeteu à discussão e votação da Assembleia as seguintes ACTAS:

ACTA Nº 6 - Aprovada por vinte e sete votos a favor e sete abstenções;

ACTA Nº 7 - Aprovada por vinte e oito votos a favor e seis abstenções;

ACTA Nº 8 - Aprovada por trinta e um votos a favor e três abstenções.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Fernando Tavares Marques nos seguintes termos: - " absteve-me na Acta Nº 6, porque não estive presente".

Imediatamente a seguir passou-se à apreciação e discussão dos pontos da ordem de trabalhos:

### ORDEM DE TRABALHOS

#### PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO DO SNR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Usando da palavra o Presidente da Câmara, começou por salientar que iria ser o mais sucinto possível nesta sua comunicação, naturalmente e como vem sendo habitual serão abordados alguns problemas principais, bem como as preocupações com que o Executivo se debate, posto o que se colocará à disposição da Assembleia assim como toda a Vereação para eventuais esclarecimentos complementares.

Começando por abordar a situação financeira da Câmara Municipal, informou que foram tomadas algumas medidas no sentido de restringir significativamente muitas despesas de consumo corrente, bem assim como de investimentos; prevê-se no entanto que até finais do ano em curso esteja regularizada a situação financeira do Município; salientou também que no ano em curso houve atrasos na entrega das verbas às autarquias, por parte da Administração Central, da qual resultou que tenha havido atrasos também da autarquia relativamente à entrega de duodécimos às Juntas de Freguesia.

Referindo-se seguidamente ao Sector de Limpeza, manifestou um certo descontentamento pelo que se passa nesta área, derivando tal situação do grande número de trabalhos que decorrem na cidade e ao mesmo tempo também da falta de pessoal

neste sector de serviços; salientou no entanto que as coisas já começaram a melhorar, prevê-se também a criação de duas brigadas para acorrer a algumas situações espontâneas de lixeiras, dispersas por vários locais.

Prosseguindo, informou que durante a época estival os Serviços aproveitaram para efectuar reparações nas várias Escolas do concelho, tendo-se gasto alguns milhares de contos com estes arranjos. No que se refere ao equipamento Desportivo, salientou a entrada em funcionamento de três Piscinas, respectivamente nas Freguesias de Oliveirinha, Cacia e Quinta do Picado; entrou também em funcionamento a Piscina de 150 metros na zona habitacional de Santiago; relativamente à Piscina de 25 metros, houve vários problemas que dificultaram a sua conclusão, prevendo-se no entanto que nos primeiros meses do próximo ano entre já em funcionamento.

Iniciou-se a construção do Pavilhão do S. Bernardo, no qual a Câmara Municipal participa com uma verba de 44 mil contos; trata-se de um empreendimento importante, insere-se o mesmo numa zona onde a prática desportiva tem tradições e onde existe também um Clube activo e dinâmico. Relativamente à Pista de Atletismo, aguarda-se que a Universidade disponibilize os terrenos necessários para que a Câmara possa dar início à construção.

Relativamente a equipamento Social, prosseguem as obras do Centro Social de Eixo, iniciou-se o Infantário de Nariz, no qual a Câmara participa com apoio técnico e financeiro; relançou-se a 2ª fase do Centro Social de Aradas; retomou-se as obras de construção da Sede da Junta de Freguesia de S. Bernardo e da Sede de Santa Cecília, estão-se a ultimar as obras da Sede da Junta de S. Jacinto e o Centro Social e o Infantário também de S. Jacinto.

No campo da Habitação Social, referiu que Santiago é neste momento o fulcro da actividade da Câmara e das preocupações da Câmara por várias razões; entre as quais destacou as de ordem financeira, uma vez que a dívida acumulada ao empreiteiro neste momento é significativa - trata-se de um empreendimento metade a fundo perdido e outra metade empréstimo da Câmara, ou seja respectivamente IGAPHE e INH, estes institutos estão com dificuldades financeiras, reflectindo-se as mesmas no

empreendimento de Santiago. Seguidamente fez referência ao bom relacionamento entre a Câmara Municipal e o empreiteiro, uma vez que apesar de ter uma dívida acumulada de algumas centenas de milhares de contos, a verdade é que a Edifer tem suportado essa dívida a qual resulta fundamentalmente da incapacidade financeira quer do IGAPHE, quer do INH, em cumprir os adicionais. Apesar desta situação e com alguns adiantamentos da ordem de alguns milhares de contos, com algumas verbas que se conseguiram do INH e do IGAPHE, a empresa tem prosseguido os trabalhos e neste momento em relação aos fogos que já estão concluídos e que são cerca de 450, estão concluídas as infraestruturas mínimas, isto é: água, saneamento e electricidade, prevendo-se que dentro de quinze dias possam estar habitáveis.

No que se refere à sua atribuição, existem duas tipologias de fogos - venda e arrendamento.

Relativamente à venda destacou que para uma oferta de 150 fogos houve uma procura de cerca de 340 agregados familiares, o que vem contrariar as expectativas do próprio Secretário de Estado da Habitação, dos Institutos e a própria expectativa da Câmara Municipal, uma vez que se constata que a procura é de longe superior à oferta, o que naturalmente levará a Câmara a ter que seleccionar os concorrentes de acordo com o que está definido na lei.

Salientou ainda, que a distribuição de fogos terá prioritariamente em vista realojar os habitantes das chamadas "ilhas"; existem acordos já feitos nomeadamente para a remoção da "Ilha do Ribeiro", Pátio Domingos Bela" "Ilha do Canastro", referindo também que a demolição deste tipo de habitação degradada, tem em vista impedir que novas famílias se alojem nesses locais.

Prosseguindo deu nota de que existem alguns agregados familiares a viverem em condições inacreditáveis de habitação e naturalmente estes casos do ponto de vista da sua resolução serão prioritários para a Câmara, na medida em que se inserem no próprio programa que visa a eliminação de barracas e situações similares. Referiu também que, quando a Câmara deu início ao empreendimento de Santiago o levantamento das carências apontava para 650 fogos de arrendamento, os quais resolveriam praticamente todas as situações de habitação degradada; porém e com o decorrer dos anos a situação alterou-se bastante e hoje esse levantamento aponta para valores na ordem dos 980 agregados familiares, o que

veio de facto alterar toda a panorâmica do problema.

No plano das infraestruturas urbanísticas, foram abertos concursos para a Forca-Vouga; Sá-Barrocas teve início a abertura de alguns arruamentos; relativamente à Urbanização do Picoto, em Oliveirinha, informou que a Câmara irá proceder à venda em hasta pública de alguns lotes, dado que o local já tem algumas infraestruturas; está-se a ultimar o arranjo do antigo Matadouro Municipal, começou-se a ultimar as obras do Mercado Abastecedor, junto à Central de Camionagem; relativamente à Zona Industrial de Mamodeiro, dispendeu-se já alguns milhares de contos na aquisição de parcelas de terreno destinadas àquela urbanização, estando também já aprovado em Bruxelas o projecto proposto pela Câmara e sobre o qual começa agora a CCR a ter algumas dúvidas sobre se o PEDIP, fará a entrega das verbas correspondentes; disse ainda, que para debater este problema haverá brevemente uma reunião em Lisboa, fazendo votos para que, aquilo que foi aprovado em Bruxelas, não venha a ser reprovado pelo Ministério da Indústria; salientou no entanto, que se tal vier acontecer a Câmara Municipal prosseguirá da mesma forma com a construção do referido Parque Industrial, uma vez que a grande procura por parte das empresas que se pretendem instalar impõem que o mesmo se faça, independentemente de ser ou não aprovado pela Administração Central.

No que se refere à abertura da Avenida Central, a Câmara entrará brevemente na posse da casa onde estão instalados os Serviços Agrícolas, após díficeis e demoradas negociações com os herdeiros, foi possível agora efectuar-se a escritura de venda do imóvel, o qual posteriormente será demolido e cujo terreno será vendido em hasta pública; adjacente à Av. Central, terá brevemente início a construção de um grande edifício para os Correios, cujo empreiteiro efectuará a demolição do edifício situado no gaveto das Ruas Gustavo Ferreira Pinto Basto e Miguel Bombarda, ficando assim este troço da Av. Central liberto para se iniciarem os trabalhos de colocação de uma grande conduta de esgoto que atravessará todo o Centro da cidade e que irá provocar algumas perturbações no tráfego citadino. O nó central, encontra-se praticamente concluído, prevendo-se a sua abertura ao trânsito dentro de um mês; manter-se-á a ligação a Vilar, assim como será feita também a ligação à Prêsa, visando-se com esta medida eliminar os semáforos do cruzamento da Prêsa, uma vez

que se constata que a variante tem excesso de semáforos, o que em horas de ponta provoca grandes dificuldades na fluidez do tráfego, havendo portanto, nos locais onde for possível, encetar-se uma política de eliminação de semáforos. Nó-Sul, prosseguem os trabalhos de drenagem de toda aquela zona. No que se refere à Biblioteca Municipal, informou que os trabalhos têm um atraso sensivelmente de dois meses motivado pela falta de pessoal com que o empreiteiro se debate. Deu também nota da actividade da Associação dos Municípios da Ria, a qual tem reunido com normalidade com as entidades responsáveis, havendo verbas disponíveis a nível do programa ENVIREG; pretende-se que para Aveiro venha uma parte significativa da verba a atribuir pelo ENVIREG, para dar-se início à tarefa gigantesca que é o início da despoluição da Ria, do tratamento dos efluentes e da recolha e tratamento dos resíduos sólidos. A terminar referiu-se à necessidade de se começar a pensar num Parque de Exposições, adequado à realidade regional, uma vez que a Expo 2, já não vem para Aveiro, e para o qual também pode haver várias fontes de financiamento, nomeadamente Fundos Comunitários, da própria Câmara Municipal, Associação Industrial, empresas privadas etc.; assim a partir de agora Aveiro terá que começar a pensar no seu próprio Parque de Exposições, devendo o mesmo englobar estruturas de apoio nomeadamente na área da Hotelaria, informou ainda que a cidade de Aveiro, dentro de um prazo relativamente curto irá dispor de um grande Hipermercado.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Vitor Silva, para no âmbito dos Serviços Municipalizados, informar que provavelmente no próximo ano, não se fará sentir a carência de água verificada ultimamente, na medida em que promoveram-se trabalhos de prospecção em alguns locais do concelho, nomeadamente três novas captações nos lugares de Granja, em Oliveirinha, Quinta do Gato e em Nariz, estando uma destas captações praticamente concluída.

Terminada a comunicação por parte da Câmara, usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para dirigir um convite ao Snr. Presidente da Câmara para visitar Eixo, tendo em vista tomar contacto com as carências habitacionais que existem naquela Freguesia, e que segundo o Vogal são de facto de extrema necessidade, tornando-se portanto urgente o solucionar destas situações.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Armando Vieira para solicitar informações relativamente à atribuição de subsídios à Junta, para limpeza de valetas e pretendeu saber se este se confirma. No que se refere à Rede de Águas, pretendeu esclarecimentos, quanto à intenção ou não de estender a Rede de Águas até ao lugar de Quintans, uma vez que considerou este lugar dos mais carentes em matéria de águas.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Cruz Tavares, para tecer alguns comentários a uma notícia publicada na imprensa diária com o título "Câmara isola inadaptados". Prossequindo, refere que a Câmara Municipal tem como projecto ambicioso construir duzentos fogos para alojar agregados familiares insociáveis. Assim e face à notícia, questiona-se sobre a legitimidade de decidir da insociabilidade das pessoas - se o Tribunal, se a Câmara Municipal?...? se eventualmente o Snr. Presidente? e quais as Freguesias onde os ditos agregados familiares insociáveis se inserem, se estes se situam em Freguesias que pertencem ao Partido que apoia a Câmara ou em Freguesias da oposição; e na eventualidade de aceitação por parte das Freguesias dessas pessoas, em que locais irão ser as mesmas instaladas?

No que se refere à prevista instalação de um grande Hipermercado, disse não compreender como é que é possível instalar-se qualquer construção sem conhecimento prévio da Autarquia.

Relativamente à carência cíclica de água no concelho de Aveiro, disse derivar a mesma de um problema de política partidária simples e muito mesquinha; adiantando seguidamente que poderá em qualquer altura desenvolver estes seus pontos de vista e provar que neste momento Aveiro poderia ter todos os seus problemas de água resolvidos, tal como estiveram em vias de resolução há sete ou oito anos atrás, referiu.

A terminar e abordando a problemática que se prende com a zona do "Cojo" e da aléxada dificuldade no desenvolvimento do projecto resultante de uma parcela que não está legalizada ainda a sua posse, disse não entender tal procedimento na medida em que a parcela em questão é uma centésima parte da área total do Cojo.

Usando da palavra o Vogal Ferreira da Silva, começou por referir que na comunicação do Presidente da Câmara não foi feito qualquer apontamento a assuntos que em seu entender deveriam ter sido abordados, nomeadamente na área da Educação e relativamente à construção de Escolas nada se disse quanto à construção de uma Escola de apoio a toda aquela zona residencial de Santiago; também nada no que se refere à C+S prevista para a zona do Eucalipto, assim como quanto à adaptação da Escola do Magistério Primário. Não foi feita também qualquer referência quanto a transportes públicos e à aquisição de novas viaturas; na acção social, focou-se apenas três Centros Sociais, quando o seu número anda na ordem dos dez centros; Relativamente à Saúde, também não se fez qualquer referência; Rede de gás na zona residencial de Santiago, reputou importante saber-se qual o ponto da situação quanto a este empreendimento; no que se refere ao Cojo, entende que deve ser definida de uma vez por todas a situação de toda aquela área.; relativamente a infraestruturas, disse que apenas se falou na Urbanização da Forca/Vouga, nada se dizendo quanto às restantes zonas que carecem também de infraestruturas. A terminar e no sector higieno/sanitário, referiu a carência de contentores e de balneários públicos.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Olinto Ravara, para tecer algumas considerações àcerca da situação financeira da autarquia, começando por salientar que já há algum tempo o problema das finanças locais foi abordado nesta Assembleia, tendo-se então dito que se tratava de um problema conjuntural; de realçar no entanto, que, hoje na sua comunicação o Snr. Presidente foca-o como o problema principal, presumindo assim este Vogal, que o problema passe de conjuntural a estrutural e que as medidas então tomadas há alguns meses atrás, percam a sua eficácia económica, administrativa e financeira, pretendendo saber se o Executivo tem em mente algum plano que acabe de vez com as carências financeiras com que se debate; bem ainda que tipo de despesas correntes e de capital foram afectadas com as restrições, assim como, qual o montante das verbas em atraso a receber da Administração Central, as quais estão a condicionar os pagamentos às Juntas de Freguesia.

A terminar e relativamente à Zona Industrial de Mamodeiro, solicitou esclarecimentos quanto à possibilidade

que há, de um projecto aprovado pela CEE, em Bruxelas, poder vir a ser reprovado pela Administração Portuguesa; interrogando-se se o dito projecto não teria antes de ir para Bruxelas, que ser aprovado pelo Estado Português.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para se referir à distribuição de verbas às Juntas de Freguesia, considerando que é histórico na Câmara Municipal de Aveiro, presidida pelo actual responsável, as Juntas de Freguesia receberem os duodécimos a que têm direito, quando de facto o Executivo Municipal, assim o entender; disse tratar-se de uma metodologia errada, pois tal como a Administração Central tem que disponibilizar os duodécimos atempadamente, a Câmara Municipal do mesmo modo terá que disponibilizar essas verbas às Juntas. Considera pois, que na eventualidade de um atraso por parte da Administração Pública no envio de determinada verba, não será impeditivo para que a Câmara não disponibilize a parte a atribuir às Juntas, uma vez que é de parecer que a afectação de verbas às Juntas, deve ser proporcional à entrada das mesmas nos Cofres Municipais.

Prosseguindo a sua intervenção, apontou carências no sector higieno/sanitário, nomeadamente de balneários públicos em vários locais da cidade; referiu-se também à fraca iluminação em determinados locais da cidade; sugerindo que se deve pressionar a E.D.P. tendo em vista a resolução do problema. Finalmente e relativamente à zona do Cojo, é de parecer que todo o projecto deve ser repensado de maneira a fazer diminuir a densidade do projecto na sua globalidade.

Imediatamente a seguir usou da palavra o Vogal José Luís Christo, para no âmbito da filosofia traçada pelo Snr. Presidente da Câmara a propósito de um Parque de Exposições próprio e adequado à dimensão da Região de Aveiro, uma vez que a Expo 2, é assunto definitivamente posto de lado e a propósito também de instalações desportivas formulou as seguintes questões:

- a) pensou já a Câmara Municipal, no local onde eventualmente e no futuro irá ser implantado o referido Parque de Exposições?
- b) - a Câmara já pensou se esse Parque de Exposições Polivalente, onde para além das Exposições periódicas, se façam também as Feiras periódicas; ou se pensa que para estes certames são necessários dois locais distintos?
- c) - Finalmente perguntou ainda se a Câmara já pensou numa localização futura de duas infraes-

truturas essenciais para a vida do Município e que se encontram hoje mal instaladas, referindo-se concretamente aos Armazéns Gerais e às instalações dos Serviços Municipalizados?

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, começou por salientar que quando se referiu às carências de habitação social, pretendeu abranger todos os casos eventualmente existentes no concelho e referiu que os casos de agregadões familiares a viverem em condições dramáticas a Câmara tem conhecimento deles; para combater essas situações existe um plano que prevê a construção de 206 fogos, a distribuir pelas várias Freguesias do concelho, proporcionalmente aos casos de habitação degradada que em cada uma delas se constatar, através do levantamento feito pelos Serviços Municipais de Habitação. Prosseguindo, admitiu que o número de fogos então previstos no plano, esteja hoje já desactualizado, uma vez que o levantamento feito reporta-se há quatro anos atrás; seguidamente chamou atenção para um aspecto que importa salientar e que se prende com o facto que considera inconveniente, de deslocar pessoas habituadas a um determinado tipo de vivência e trazê-las para uma vivência colectiva de cidade, não será a melhor política do ponto de vista social e daí ter-se feito o plano de Habitação Social, que contempla as várias Freguesias e que visa fundamentalmente conservar esses agregados familiares no meio onde estão inseridos.

No que se refere à questão levantada da entrega de subsídios às Juntas, para limpeza de valetas, informou que o mesmo ainda não foi deliberado, refere no entanto que a Câmara tudo fará para que o dito subsídio seja entregue ainda este ano.

Relativamente à habitação social, salientou que não é demagogia fazer habitação social, bem como também não é demagogia dizer que pessoas há que procuram habitação e que se deslocam aos Serviços Municipais de Habitação completamente embriagadas, dia após dia e que proferem os piores insultos às funcionárias responsáveis por aqueles Serviços a par de ameaças de morte, é pois perfeitamente legítimo que a Câmara se preocupe com algumas destas situações e se questione quanto à inserção dessas pessoas numa vivência colectiva; resultando apenas deste aspecto o entendimento por parte do Executivo, que tal tipo de pessoas não deve estar numa habitação colectiva, na medida em que os restantes agregados familiares não estão dispostos a su-

portar pessoas que têm um tipo de comportamento sistemática-mente condicionado pelo álcool, nem a serem confundidas com pessoas que declaradamente fazem da sua casa um local onde se praticam actos atentatórios da moral pública. Por tal facto a Câmara entende que tal tipo de pessoas tem direito a ter uma casa, como seres humanos que são, porém é entendimento também que não a deve ter inserida em determinado tipo de vivência. Referiu tratar-se de um critério sobre o qual a Câmara ainda não tomou qualquer deliberação, salientando que esta posição foi assumida por ele próprio perante a Câmara, como forma nomeadamente de travar nm pouco aquilo que estava acontecer com as funcionárias dos Serviços de Habitação, que a dada altura entraram positivamente em pânico. Sinteticamente referiu mais uma vez que gente com tal tipo de comportamento não oferece garantias de uma vivência colectiva e como tal deverá ficar eventualmente numa vivência de habitação unifamiliar, onde os riscos de conflitos e de agressões aos outros, são muito mais reduzidos. A terminar destacou que foi isto que se disse, nunca se classificou ninguém de insociável, nem que não deveriam ter direito a habitação.

No que se refere ao Plano de Urbanização do Cojo, considerou demagógico dizer-se que o terreno do Snr. João Nunes da Rocha, é um centésimo da área do Cojo; de facto a área de terreno pertencente àquele industrial, representa 1/4 da área do Cojo e daí não ter sido possível até então avançar-se com o Plano do Cojo, sem que esteja juridicamente definida aquela área.

Relativamente à Escola Secundária a implantar na zona do Eucalipto, disse não estar dentro do problema, devendo-se aguardar a listagem enviada do Ministério competente, para ver se de facto aquela zona será contemplada com uma Escola. No que diz respeito à Rede de gás em Santiago, informou que a mesma se encontra montada; a política da Câmara neste capítulo é nalguns aspectos uma política de antecipação no que toca à distribuição de gás domiciliário - assim, a Urbanização do Liceu, tem rede de gás; todo o empreendimento social de Santiago tem rede de gás; Sá-Barrocas, vai ter rede de gás, bem como Forca/Vouga. Face a este panorama, disse presumir ser a Câmara Municipal de Aveiro, pioneira no país neste capítulo, fundamentando este seu ponto de vista em informações fornecidas pela "Nacionalgás".

Seguidamente salientou um aspecto importante

e que se prende com o facto da rede de gás, estar já preparada para receber o gás natural, o que significará que a Câmara de Aveiro tem um património que poderá amanhã alienar à empresa que explora o gás, ou receber esse património em títulos de participação nessa empresa.

Relativamente às indemnizações aos proprietários dos terrenos para abertura do nó-central, esclareceu que o pagamento dessas indemnizações foram assumidos pela J.A.E..

Referindo-se seguidamente à situação financeira da Câmara, considerou-o um problema conjuntural, na medida em que é suposto que até ao final do ano e com a entrada das verbas provenientes dos impostos directos, do restante que falta receber da derrama e da segunda parte da Contribuição Autárquica, os Cofres Municipais ficarão equilibrados; salientou também que a Câmara irá proceder à venda em hasta pública, de algum património imobilizado, visando também tornar disponíveis alguns terrenos para a construção; prevê-se a abertura de três grandes frentes de construção, em que pela primeira vez já não é a Câmara que intervém nas aquisições, limitar-se-á apenas a aplicar as taxas de urbanização e a abrir novas frentes de construção junto da zona urbana.

No que se refere à hipótese do projecto da Zona Industrial de Mamodeiro, aprovado já em Bruxelas, poder vir a ser reprovado pela Administração Central, disse tratar-se de uma hipótese que não é de excluir, uma vez que o fluxo financeiro vindo de Bruxelas é fixo e como tal poderão alguns empreendimentos terem de ser sacrificados.

No âmbito da entrega dos duodécimos às Freguesias, informou que foram dadas instruções no sentido de dar prioridade às Juntas de Freguesia, estando neste momento os processamentos já concluídos, como tal os Snrs. Presidente de Junta só terão que se dirigir à Tesouraria Municipal, afim de receberem os respectivos duodécimos.

Salientou também que os pagamentos a fornecedores estão mais ou menos em dia, bem como aos empreiteiros que executam trabalhos para a Câmara, o que traduz bem que de facto a situação financeira da Câmara começa a recuperar.

No que respeita ao local de implantação do Parque de Exposições, informou que o mesmo existe, está definido no ante-projecto que foi enviado ao PEDIP, há dois <sup>anos</sup> porém ainda

não foi contemplado, é intenção da Câmara enviá-lo agora ao POC (Plano Operacional Centro), não este ano, dado que foi dada prioridade à água e ao saneamento; esclareceu ainda que o local apontado no projecto era a Baixa de Vilar, no entanto é sua opinião pessoal, que este local não reunirá as melhores condições e consequentemente terá que se reflectir na escolha de um local mais adequado ao fim em vista. Relativamente à instalação dos Armazéns Gerais e Serviços Municipalizados, existem algumas ideias sobre a futura instalação dos Armazéns da Câmara, porém de momento não há nada de concreto, salientando que o próximo ano será decisivo na tomada de decisões sobre esta matéria; no que diz respeito aos Serviços Municipalizados, manifestou o desejo de eventualmente instalar a parte administrativa destes Serviços no local onde hoje se encontra a 1ª Repartição de Finanças, criando-se assim uma articulação Câmara/Serviços Municipalizados, dada a proximidade destes dois organismos.

Não se registando mais intervenções o Presidente da Assembleia, deu por encerrado este primeiro ponto.

Neste momento saiu da Sala o Vogal Cruz Tavares.

## PONTO Nº 2 - DERRAMA E CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

### DERRAMA

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 17.09.

90: - "DERRAMA: - Foi deliberado, por unanimidade, em conformidade com o disposto no Nº 1 do Artº 5 da Lei nº 1/87, de 6 de Janeiro, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 470-B/88, de 19 de Dezembro, propôr o lançamento da derrama da percentagem de dez por cento, a incidir sobre a colecta do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC), relativa ao rendimento gerado na área de todo o concelho, com vista à realização das seguintes obras:

Avenida Central; Circular de Esgueira; e Novas Captações e Rede de Águas em Nariz e Oliveirinha.

A presente deliberação carece de aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais".

Usou da palavra o Snr. Presidente da Câmara para fazer apresentação da referida proposta; começou por salientar que todos os anos a derrama tem que ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal; a Câmara de Aveiro, tem vindo aplicar uma taxa, que não se tem alterado nos últimos dez anos, incidindo a mesma sobre a Contribuição Industrial e Predial, bem como sobre o rendimento do I.R.S.. Trata-se de uma receita importante para os Cofres da Câmara; é necessário fazer referência a obras para justificar a derrama e nesse sentido foram indicadas as obras que no próximo ano estarão em plena execução - nomeadamente a Avenida Central; Circular de Esgueira-Iluminação; Novas Captações e Rede de Águas, em Nariz e Oliveirinha, tendo estes trabalhos sido considerados urgentes e prioritários e daí ter-se afectado a derrama a essas obras.

Simultâneamente submete-se também à aprovação da Assembleia Municipal, a Contribuição Autárquica, dado que a lei impõe que até Dezembro, torna-se necessário que a Assembleia se pronuncie sobre a percentagem da autárquica; sendo a proposta da Câmara Municipal manter essa percentagem em 1.2..

Aberta a discussão e no que se refere à derrama, usou da palavra o Vogal Vitor Mangerão, que começou por salientar que não vê justificação em termos financeiros para se impor uma percentagem de 10%; como tal manifestou o desejo de ser esclarecido sobre o montante previsível da recolha da derrama; isto é por exemplo, 10% sobre o IRS, o que é que significa em termos de receita e em relação às obras que estão previstas nomeadamente Avenida Central, Circular de Esgueira-Iluminação e Novas Captações de Água, quais as despesas que estão também previstas; considerando que só assim se poderá avaliar se a percentagem de 10% é excessiva ou eventualmente escassa. Portanto são estes esclarecimentos que se torna necessário que sejam dados.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, informou que para a Avenida Central, estão previstos cus-

tos na ordem dos cento e cinquenta mil contos; para a Circular de Esgueira-Illuminação, prevêem-se cento e vinte mil contos e para as Novas Captações de Água em Nariz e Oliveirinha, atigem valores na ordem dos trinta mil contos. Admitiu que de facto estes valores poderiam ter sido metidos na deliberação de Câmara tornando-a mais explícita, todavia não o foram mas são de facto estas as verbas previsíveis.

No que se refere à derrama, informou que a receita cobrada em 89, atingiu montantes na ordem dos cento e sessenta e três mil contos - a receita orçada para 90, aponta para cento e setenta mil contos - a receita cobrada até meados de Setembro é de cento e quarenta e um mil contos.

No tocante à Contribuição Autárquica os valores são os seguintes: - Receita da Contribuição Predial Urbana - cento e setenta mil contos em 89; em 90 a receita da Contribuição Predial Urbana + Rústica, atingirá os cento e noventa e dois mil contos - Receita cobrada até finais de Setembro até à presente data é de cento e quarenta e seis mil contos.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Custódio Ramos, para considerar toda a problemática inerente à derrama, uma situação hipócrita, na medida em que a lei prevê que a mesma seja excepcional e destinada a investimentos, ou para fazer face ao reequilíbrio das finanças Municipais, e o que se assiste é que todas as Câmaras pelo país fora, lançam indiscriminadamente a derrama; quando o ideal seria que a Administração Central dotasse as Câmaras com as verbas necessárias e se acabasse com as derramas.

Tomando a palavra o Presidente da Câmara, esclareceu que a nova lei retira o carácter excepcional à derrama, destacando um excerto da referida lei que diz o seguinte: - "os Municípios podem lançar derrama até 10% sobre a colecta do Imposto sobre rendimentos singulares. A derrama só pode ser lançada para acorrer ao financiamento de investimentos ou no quadro de contratos de reequilíbrio financeiro", portanto a lei retirou-lhe o carácter excepcional e permite às Câmaras lançarem mão da derrama para acorrer a despesas de capital ou reequilíbrios financeiros.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Joaquim Abreu, para solicitar ao Executivo que no leque dos trabalhos contemplados pela derrama, fosse incluída também a Fregue-

sia de Eixo, com a construção de casas de renda social.

Usou seguidamente da palavra o Vogal Rogério Madail, para solicitar esclarecimentos quanto ao valor da taxa média, praticada no país e nomeadamente nos Municípios circundantes do concelho de Aveiro.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, esclareceu que a taxa praticada é sensivelmente igual à que a Câmara de Aveiro, submete hoje à aprovação da Assembleia.

Encerrada a discussão o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a "DERRAMA", tendo a mesma merecido aprovação por trinta e dois votos a favor e uma abstenção.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: - "esta Assembleia foi confrontada com a existência de um Orçamento e Plano aprovados pela Assembleia anterior e com o nosso voto quisemos viabilizar a discussão desse Plano e Orçamento, o que não significa de modo algum, que a posição que hoje assumimos, venha a ser ou possa vir a ser invocada no mesmo sentido de voto para a próxima oportunidade em 1991".

#### CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 17.09.90: - "CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA: - Por proposta do Snr. Presidente e por unanimidade, foi deliberado, ao abrigo do disposto no Artº 17º do Decreto-Lei nº 442-C/89, de 30 de Novembro (Código da Contribuição Autárquica) estabelecer em 1,2% a Taxa da Contribuição Autárquica, que é a mesma que foi fixada na reunião do Executivo Municipal de 11 de Dezembro de 1989. Mais foi deliberado submeter a presente deliberação à consideração da Assembleia Municipal".

Submetida à votação da Assembleia, veio a merecer aprovação por unanimidade.

Dado o adiantado da hora o Presidente da Assembleia, deu por encerrada a presente reunião.

Era 00,01 Hora do dia 25.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

*Tracccchury*  
*[Signature]*  
*[Signature]*